



# UMA LUZ NAS CINZAS? UM ENSAIO SOBRE OS MECANISMOS DE JUSTIÇA INTERNACIONAL E O RESTABELECIMENTO DO ESTADO DE DIREITO EM TEMPOS DE GUERRA

A LIGHT IN THE ASHES? AN ESSAY ON JUSTICE MECHANISMS FOR THE REESTABLISHMENT OF THE RULE OF LAW IN TIMES OF WAR

MIRIAM COHEN\* | SARAH-MICHÈLE VINCENT-WRIGHT\*\*

## RESUMO

A fim de melhor compreender as consequências da guerra russo-ucraniana sobre o estado de direito global, este ensaio propõe analisar os diferentes mecanismos da justiça internacional que são aplicados num contexto de conflito armado. Para tal, aborda-se primeiro o direito da guerra, descrevendo alegadas violações do direito humanitário internacional e do direito internacional dos direitos humanos (Parte 1). Em seguida, discutem-se as iniciativas de justiça internacional através das quais certos organismos foram demandados (a Corte Internacional de Justiça, a Corte Europeia de Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional), e cujos procedimentos visarão estabelecer responsabilidades estatais bem como individuais no atual conflito russo-ucraniano (Parte 2). Ao fazê-lo, conclui-se que a guerra está a perturbar o Estado de direito na Ucrânia, desencadeando iniciativas de justiça tanto nacionais como internacionais.

**Palavras-chave:** direitos fundamentais; direito da guerra.

## ABSTRACT

In order to better understand the consequences of the Russian-Ukrainian war on the state of global democracy, this essay proposes to shed light on the different mechanisms of international justice that are applied in a context of armed conflict. To do so, we first address the law of armed conflict by describing alleged violations of international humanitarian law and international human rights law (part 1). We then discuss the international justice initiatives through which certain bodies have been called upon (the International Court of Justice, the European Court of Human Rights and the International Criminal Court), and whose procedures aim to establish state as well as individual responsibility in this Russian-Ukrainian conflict (part 2). In doing so, the article concludes that the war is disrupting the rule of law in Ukraine, triggering justice initiatives at both the domestic and international levels.

**Keywords:** fundamental right; rules of war.

\* Doutora pela Leiden University, Holanda. Professora Associada e Coordenadora da Canada Research Chair on Human Rights and International Reparative Justice na Faculdade de Direito da Université de Montréal.

Membro da Ordem dos Advogados de Québec, Canadá.

[miriam.cohen@umontreal.ca](mailto:miriam.cohen@umontreal.ca)

\*\* Doutoranda em Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade de Montréal, Canadá.

Membro da Ordem dos Advogados de Québec, Canadá.

[sarah-michele.vincent.wright@umontreal.ca](mailto:sarah-michele.vincent.wright@umontreal.ca)

Recebido em 5-11-2022 | Aprovado em 29-11-2022<sup>1</sup>

<sup>1</sup> **Nota das autoras:** Uma versão mais longa deste trabalho foi publicada em francês nos *Actes du Colloque du lieutenant-gouverneur du Québec*, realizado em 14 de outubro de 2022. Este artigo é uma versão em português baseada nessa última publicação.



## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO; 1 O DIREITO INTERNACIONAL DURANTE A GUERRA; 1.1 AS REGRAS DO DIREITO INTERNACIONAL EM TEMPOS DE GUERRA?; 1.2 O GRANDE IMPACTO DA GUERRA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (DIDH); 1.2.1 Violações dos direitos civis e políticos; 1.2.2 Perda do gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais; 1.3 O ESTADO DE DIREITO FRAGILIZADO PELA GUERRA; 2 A JUSTIÇA INTERNACIONAL COMO RESPOSTA À GUERRA; 2.1 UMA VISÃO GERAL DOS MECANISMOS DA JUSTIÇA INTERNACIONAL EM SITUAÇÕES DE GUERRA; 2.2 OS DIFERENTES MECANISMOS DA JUSTIÇA INTERNACIONAL PARA A GUERRA NA UCRÂNIA: A RESPONSABILIDADE DO ESTADO E A RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL; 2.2.1 Responsabilidade do estado por violações do direito internacional; 2.2.2 Responsabilidade individual por crimes internacionais; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS**

### ■ INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, particularmente desde 2020, o mundo passa por muitos distúrbios. A crise sanitária mundial, provocada pelo Coronavírus, colocou a democracia em suspensão em muitos Estados de direito. Adicionalmente, desde fevereiro de 2022, um evento significativo ocorreu na cena internacional: a guerra russo-ucraniana desestabilizou os princípios da democracia ao violar, se não limitar, os direitos fundamentais dos ucranianos e dos russos, que é o foco do presente artigo. De fato, o contexto da guerra russo-ucraniana é de especial preocupação, uma vez que existe o risco de haver um impacto significativo no Estado de direito na Ucrânia, o que nos convida a rever o sistema de governança global.

Nesse contexto, este artigo trata-se de um ensaio acerca das eventuais consequências jurídicas passíveis de implementação no campo do direito internacional como decorrência do conflito armado Rússia-Ucrânia. A primeira parte do texto trata do direito em tempos de guerra, com base nos impactos da invasão russa sobre o Estado ucraniano. A segunda parte do texto tece considerações sobre a justiça na guerra de modo a esclarecer as diferentes medidas de justiça solicitadas pela comunidade internacional para defender os direitos fundamentais, os quais foram violados desde o início do conflito armado russo-ucraniano. Finalmente, o artigo trata do reestabelecimento do Estado de direito.

### 1 O DIREITO INTERNACIONAL DURANTE A GUERRA

Nesta primeira parte, o direito aplicável em tempo de guerra será apresentado (1.1) para, em seguida, abordar as diversas violações das regras de guerra no conflito russo-ucraniano (1.2) e seu impacto na proteção dos direitos fundamentais (1.3), o que finalmente permitirá esclarecer como isso pode impactar negativamente o Estado de direito (1.4).

## 1.1 As regras do direito internacional em tempos de guerra?

A guerra não é uma situação de ausência de direito, pelo menos em teoria, porque ela envolve vários regimes de direito internacional que se interconectam, incluindo: o direito internacional humanitário (DIH), que é fonte normativa utilizada assim que há um conflito armado; o direito internacional de direitos humanos (DIDH), que se aplica a todo momento; e o direito internacional penal (DIP), que está envolvido na repressão dos crimes mais graves em tempo de guerra, a fim de garantir que a justiça seja feita de forma oportuna. A esse respeito, pode-se dizer que as regras de DIH e as normas de DIDH são complementares e se reforçam mutuamente em conflitos armados<sup>2</sup>. Quanto ao DIP, ele dá efeito a essas regras, além de esclarecê-las e desenvolvê-las por meio de órgãos de justiça internacional (infra Parte II). Assim, um ato ilícito internacional pode, por si só, violar tanto as regras do DIH quanto as normas do DIDH, que acarretam as mesmas consequências legais: a obrigação de cessar a violação; a obrigação de oferecer garantias apropriadas de não repetição; e a obrigação de reparar os danos causados pelo ato ilícito internacional<sup>3</sup>.

Em outras palavras, a guerra tem suas regras, que formam o corpus jurídico do DIH. Para que essas regras sejam aplicadas, deve haver um elemento que possa incitá-las: um conflito armado internacional ou não-internacional. Nesse caso, a guerra entre as forças armadas

---

<sup>2</sup> A Corte Internacional de Justiça (CIJ) menciona que "alguns direitos podem se enquadrar exclusivamente no âmbito do direito humanitário internacional; outros podem se enquadrar exclusivamente no âmbito do direito dos direitos humanos; ainda outros podem se enquadrar no âmbito de ambos os ramos do direito internacional" ("certains droits peuvent relever exclusivement du droit international humanitaire; d'autres peuvent relever exclusivement du droit des droits de l'homme; d'autres encore peuvent relever à la fois de ces deux branches du droit international", ver: *Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory*, Parecer Consultivo do ICJ, 9 de julho de 2004, Relatórios do ICJ 2004, p. 136, par. 106 ; Comité de Direitos Humanos da ONU, *General Comment nº 31, The Nature of the General Legal Obligation Imposed on States Parties to the Covenant*, Doc. N.U. CCPR/C/21/Rev.1/Add.13, (26 de maio de 2004, par. 11).

<sup>3</sup> Comissão de Direito Internacional, *Projet d'articles sur la responsabilité de l'état pour fait internationalement illicite*, Doc. Off. A.G. N. U., 56<sup>e</sup> sess., suppl. nº 10, disponível em: [https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/french/draft\\_articles/9\\_6\\_2001.pdf](https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/french/draft_articles/9_6_2001.pdf); Comissão de Direito Internacional, *Draft Articles on Prevention and Punishment of Crimes Against Humanity*, Doc. N.U. A/74/10, (2019).

russas e ucranianas se qualifica como um conflito armado internacional, porque ele se configura entre dois Estados<sup>4</sup>. A esse respeito, tanto a Convenção de Genebra<sup>5</sup> (que protege as pessoas que não participam ou não participam mais das hostilidades, ou seja, a população civil, como também os combatentes feridos e prisioneiros de guerra) quanto a Convenção de Haia<sup>6</sup> (que restringe os meios e métodos de guerra) se aplicam. Além dessas normas jurídicas, outros tratados e convenções regulam os métodos de guerra, seja proibindo categorias de

<sup>4</sup> Art. 2 (1) comum às Convenções de 1949: "Afora as disposições que devem vigorar em tempo de paz, a presente Convenção se aplicará em caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que surja entre duas ou várias das Altas Partes Contratantes, mesmo que o estado de guerra não seja reconhecido por uma delas" (CASA CIVIL. Decreto Nº 42.121, de 21 de agosto de 1957, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D42121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D42121.htm), acessado em 03 de outubro de 2022). *In verbis*: « En dehors des dispositions qui doivent entrer en vigueur dès le temps de paix, la présente Convention s'appliquera en cas de guerre déclarée ou de tout autre conflit armé surgissant entre deux ou plusieurs des Hautes Parties contractantes, même si l'état de guerre n'est pas reconnu par l'une d'elles ». *Convenção (I) de Genebra para melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos Exércitos em campanha*, 12 de agosto de 1949, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D42121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D42121.htm) (entrada em vigor em 21 de outubro de 1950) (ratificada pelo Canadá em 1965 e pela Rússia e pela Ucrânia em 1954) (CGI); *Convenção (II) para a melhoria da sorte dos feridos, enfermos e naufragos das forças armadas no mar*, 12 de agosto de 1949, 75 R.T.N.U. 85 (entrada em vigor em 21 de outubro de 1950) (ratificada pelo Canadá em 1965 e pela Rússia e pela Ucrânia em 1954) (CGII); *Convenção (III) relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra*, 12 de agosto de 1949, 75 R.T.N.U. 135 (entrada em vigor em 21 de outubro de 1950) (ratificada pelo Canadá em 1965 e pela Rússia e pela Ucrânia em 1954) (CGIII); *Convenção (IV) relativa a proteção dos civis em tempo de guerra*, 12 de agosto de 1949, 75 R.T.N.U. 287 (entrada em vigor em 21 de outubro 1950) (ratificada pelo Canadá em 1965 e pela Rússia e pela Ucrânia em 1954) (CGIV).

<sup>5</sup> CGI, cf. nota **Erro! Indicador não definido.**; CGII, cf. nota **Erro! Indicador não definido.**; CGIII, cf. nota **Erro! Indicador não definido.**; CGIV, cf. nota **Erro! Indicador não definido.**; *Protocolo adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados sem caráter internacional (Protocolo I)*, 8 de junho de 1977, 1125 R.T.N.U. 3 (ratificado pelo Canada em 1990, pela Rússia em 1989 e pela Ucrânia em 1990) (PAI) [somente este protocolo se aplica neste caso]; *Protocolo adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados sem caráter internacional (Protocolo II)*, 8 de junho de 1977, disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/dih.nsf/INTRO/475> [não se aplica ao caso]; *Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 Relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional (Protocolo III)*, 8 de dezembro de 2005, disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/dih.nsf/INTRO/615> [não se aplica ao caso].

<sup>6</sup> As Convenções de Haia (1899, 1907): *Convenção da Haia respeitante às leis e costumes da guerra em terra e seu Anexo: Regulamento relativo às Leis e Costumes das Guerras Terrestres*, 28 de julho de 1899, disponível em: <https://www.icrc.org/dih/> [*Convenção da Haia (II)*]; *Convenção (IV) da Haia respeitante às leis e costumes da guerra em terra e seu Anexo: Regulamento relativo às Leis e Costumes das Guerras Terrestres*, 18 de outubro de 1907, disponível em: <https://www.icrc.org/dih/> [*Convenção da Haia (IV)*].

armas e táticas militares<sup>7</sup>, seja protegendo categorias de pessoas e bens civis<sup>8</sup>. Muitas das normas das convenções de Genebra, ou mesmo das normas da Convenção de Haia, são consideradas como direito internacional consuetudinário<sup>9</sup>, de modo que, mesmo que um Estado não tenha ratificado os tratados do DIH, a "prática geral aceita como direito" ainda prevalecerá como princípios consuetudinários<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> *Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares*, 20 de setembro de 2017, disponível em: [https://treaties.un.org/doc/Treaties/2017/07/20170707%2003-42%20PM/Ch\\_XXVI\\_9.pdf](https://treaties.un.org/doc/Treaties/2017/07/20170707%2003-42%20PM/Ch_XXVI_9.pdf) (o Canadá, a Rússia e a Ucrânia não são signatários); *Convenção sobre Munições de Dispersão*, 3 de dezembro de 2008, 2688 R.T.N.U. 39, (ratificada pelo Canadá em 2015 e adotada na legislação interna. A Rússia e a Ucrânia não são signatárias); *Convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção e estocagem de armas bacteriológicas (biológicas) e à base de toxinas e sua destruição*, 12 de abril de 1972, 1015 R.T.N.U. 163, (ratificada pelo Canadá em 1972 e pela Rússia e pela Ucrânia em 1975) [Convenção sobre a proibição de armas biológicas]; *Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais, que Podem Ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados*, 10 de outubro de 1980, 1342 R.T.N.U. 137, (ratificada pelo Canadá em 1994 e pela Rússia e Ucrânia em 1982) [Convenção sobre certas armas] e seus protocolos: Protocolo relativo aos estilhaços não localizáveis (Protocolo I), 10 de outubro de 1980, disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/dih.nsf/Article.xsp?action=openDocument&documentId=4DE65236CCC01752C12563BD002C3744> (ratificado pelo Canadá em 1994 e pela Rússia e pela Ucrânia em 1982); *Protocolo II (sobre proibições e restrições ao uso de minas, armadilhas e outros dispositivos)*, 10 de outubro de 1980, 2048 R.T.N.U. 93 (ratificado pelo Canadá em 1998, pela Rússia em 2005 e pela Ucrânia em 1999); *Protocolo III sobre Proibições ou Restrições ao Uso de Armas Incendiárias*, 10 de outubro de 1980, disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/dih.nsf/Treaty.xsp?action=openDocument&documentId=A16628FEA4C999F5C12563140043AE58> (ratificado pelo Canadá em 1994, pela Rússia e pela Ucrânia em 1982); *Protocolo IV sobre Armas Cegantes a Laser*, 13 de outubro de 1995, disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/dih.nsf/INTRO/570> (ratificado pelo Canadá em 1998, pela Rússia em 1999 e pela Ucrânia em 2003); *Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra - Protocolo V*, 28 de novembro de 2003, disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/dih.nsf/INTRO/610> (ratificado pelo Canadá em 2009 e pela Ucrânia em 2005); *Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo* 13 de janeiro de 1993, disponível em: [https://non-proliferation.irsna.fr/Chimie/CIAC/Documents/cwc\\_fren.pdf](https://non-proliferation.irsna.fr/Chimie/CIAC/Documents/cwc_fren.pdf) (ratificado pelo Canadá em 1995, pela Rússia em 1997 e pela Ucrânia em 1998) [Convenção sobre a proibição do uso de armas químicas]; *Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição*, 2056 R.T.N.U. 211, (ratificado pelo Canadá em 1997 e pela Ucrânia em 2005. (A Rússia não a ratificou) [Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição].

<sup>8</sup> *Convenção de Haia de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*, 14 de maio de 1954, disponível em: [https://fr.unesco.org/sites/default/files/1954\\_Convention\\_FR\\_2020.pdf](https://fr.unesco.org/sites/default/files/1954_Convention_FR_2020.pdf) (ratificada pelo Canadá em 1998 e pela Rússia e Ucrânia em 1957) [e os seus dois protocolos: *Protocolo para a Proteção dos Bens Culturais em Tempos de Ocupação*, 14 de maio de 1954, disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/INTRO/410?OpenDocument> (ratificada pelo Canadá em 2005 e pela Rússia e Ucrânia em 1957); *Segundo Protocolo da Convenção de Haia de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*, 26 de março de 1999, 2253 R.T.N.U. 172 (ratificada pelo Canadá em 1995 e pela Ucrânia em 2020)]; *Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados*, 25 de maio de 2000, disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/dih-traits/INTRO/595?OpenDocument>.

<sup>9</sup> Jean-Marie HENCKAERTS et Louise DOSWALD-BECK, *Customary International Humanitarian Law*, vol. I: Rules and vol. II: Practice, Cambridge, Cambridge University Press, 2005; O estudo do direito internacional consuetudinário sobre o DIH costunheiro identificou 161 normas que o compõem: "Base de données sur le DIH – DIH Coutumier", *Comité international de la Croix-Rouge*, disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/fre/docs/home>.

<sup>10</sup> *Anexo: Lista das regras consuetudinárias do direito humanitário internacional in Revista Internacional da Cruz Vermelha*, vol. 87, Sélection française 2005, règles 139, 140, 149 e 50, disponível em: <https://www.icrc.org/fr/doc/assets/files/other/customary-law-rules-fre.pdf>.

Com relação à proteção dos direitos humanos, o DIH é um conjunto de normas internacionais baseadas em tratados ou costumes, descrevendo as obrigações estatais sob as quais os Estados se comprometem a respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos<sup>11</sup>. Quando são baseadas em tratados, as obrigações estatais podem ser universais ou regionais. No contexto da guerra russo-ucraniana, aplicam-se dois pactos<sup>12</sup> e sete convenções universais<sup>13</sup> (que tratam de uma determinada violação dos direitos humanos ou da proteção de certos grupos de pessoas vulneráveis), bem como vários tratados regionais, incluindo a Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH)<sup>14</sup>.

Com relação aos DIP, essa outra área do direito define um conjunto de regras ou normas que proíbem especificamente os crimes internacionais mais graves. Essas regras também impõem aos Estados a obrigação de processar os indivíduos acusados, a fim de responsabilizá-

<sup>11</sup> Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, « Le droit international relatif aux droits de l'homme », disponível em: <https://www.ohchr.org/FR/ProfessionalInterest/Pages/InternationalLaw.aspx>.

<sup>12</sup> *Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos*, 16 de dezembro de 1966, 999 R.T.N.U. 171, (ratificado pelo Canadá em 1976) e seus protocolos: [*Protocolo Facultativo (II) ao Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos* 16 de dezembro de 1966, 999 R.T.N.U. 171; *Protocolo Facultativo (II) ao Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, visando a abolir a pena de morte*, 15 de dezembro de 1989, 1642 R.T.N.U. 414]; *Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais*, 16 de dezembro de 1966, 999 R.T.N.U. 171 (ratificado pelo Canadá em 1976) [*Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, 16 de dezembro de 1966, 999 R.T.N.U. 171, (não ratificado pela Ucrânia)].

<sup>13</sup> *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*, 7 de março de 1966, 660 R.T.N.U. 195, (adesão do Canadá em 1970); *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, 18 de dezembro de 1979, disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women> (ratificada pelo Canadá em 1981) [*Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, 6 de outubro de 1999, 2131 R.T.N.U. 83 (adesão do Canadá em 2002)]; *Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*, 4 de fevereiro de 1985, 1465 R.T.N.U. 85, (ratificada pelo Canadá em 1987) [Convenção contra a tortura] [*Protocolo facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*, 18 de dezembro de 2002, 2375 R.T.N.U. 237]; *Convenção sobre os Direitos da Criança*, 20 de novembro de 1989, disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/crc.pdf> (ratificada pelo Canadá em 1991) e seus protocolos: [*Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil*, 25 de maio de 2000, 2171 R.T.N.U. 227 (ratificada pelo Canadá em 2005)]; *Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados*, 25 de maio de 2000, disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/dih-traits/INTRO/595?OpenDocument> (ratificado pelo Canadá em 2000); *Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança estabelecendo um procedimento de comunicação*, 19 de dezembro de 2011, disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Treaties/2011/12/20111219%2003-15%20PM/CTC%204-11d.pdf>]; *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 30 de março de 2007, disponível em: <https://www.ohchr.org/fr/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-persons-disabilities> (ratificada pelo Canadá em 2010) [*Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 30 de março de 2007, disponível em: <https://www.ohchr.org/fr/instruments-mechanisms/instruments/optional-protocol-convention-rights-persons-disabilities> (adesão do Canadá em 2018)]; *A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias*, 18 de dezembro de 1990, 2220 R.T.N.U. 3, (não ratificada pela Ucrânia); *Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado*, 6 de fevereiro de 2007, 2716 R.T.N.U. 3 (não ratificada pela Rússia).

<sup>14</sup> A Ucrânia (em 1997) e a Rússia (em 1998) ratificaram a Convenção Europeia de Direitos Humanos, de 4 de novembro de 1950 – disponível em: [https://www.echr.coe.int/documents/convention\\_fra.pdf](https://www.echr.coe.int/documents/convention_fra.pdf) –, assim como, em 16 de março de 2022, a Rússia deixou de ser um membro da organização por decisão do Comitê de Ministros do Conselho da Europa – Comitê: Council of Europe – Committee of Ministers, *Resolution CM/Res (2022)2 on the Cessation of the Membership of the Russian Federation to the Council of Europe* (16 de março de 2022), disponível em: <https://www.coe.int/en/web/moscow/-/resolution-cm-res-2022-2-on-the-cessation-of-the-membership-of-the-russian-federation-to-the-council-of-europe>.

los, quando apropriado, perante os órgãos nacionais ou internacionais relevantes. A definição dos quatro crimes internacionais acordados pelos Estados, ou seja, os crimes de agressão, genocídio e crimes contra a humanidade e crimes de guerra, está contida no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional<sup>15</sup> (cf. Parte II) e reflete as regras do direito internacional consuetudinário.

## 1.2 O grande impacto da guerra na proteção dos direitos fundamentais (DIDH)

Como já mencionado, as normas do DIDH permanecem em vigor durante conflitos armados, mas algumas exceções podem se aplicar. Há essencialmente dois casos de exceção: quando o princípio *lex specialis*<sup>16</sup> deve ser aplicado (se uma regra do DIH tem precedência sobre uma norma do DIDH); quando uma derrogação ou restrição for aplicada a certos direitos em tempo de guerra<sup>17</sup>. Neste caso, desde o início da guerra na Ucrânia, os direitos humanos protegidos pelas convenções do DIH têm sido amplamente violados. Mesmo os direitos mais básicos, incluindo o direito à vida e a proibição da tortura e outros tratamentos e punições desumanos e degradantes, foram seriamente violados, apesar da proibição de derrogação. Muitas fontes alegam as seguintes violações: violação dos direitos civis e políticos (1.2.1); perda do gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais (1.2.2). Algumas dessas violações serão discutidas sob as normas do DIH, bem como sob o DIDH quando oportuno<sup>18</sup>.

### 1.2.1 Violações dos direitos civis e políticos

O direito à vida, protegido pelo DIDH<sup>19</sup>, é inderrogável. Como um direito fundamental, ele permanece em vigor em tempos de conflito armado. Os Estados são obrigados a garantir esse direito no contexto da guerra, porém não exatamente da mesma forma que no contexto

<sup>15</sup> Estatuto de Roma, 17 de julho de 1998, 2187 R.T.N.U. 90.

<sup>16</sup> Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, « La protection juridique internationale des droits de l'homme dans les conflits armés », (2011), disponível em: [https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/HR\\_in\\_armed\\_conflict\\_FR.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/HR_in_armed_conflict_FR.pdf), pp. 59-61.

<sup>17</sup> Pacto internacional sobre direitos civis e políticos, cf. nota 11, art. 4º.

<sup>18</sup> A primeira parte do artigo se refere principalmente às fontes: Organização para Segurança e Cooperação na Europa Missão de especialistas do Mecanismo de Moscou, Organização para Segurança e Cooperação na Europa, Escritório para Instituições Democráticas e Direitos Humanos, Relatório sobre Violações do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos, *Crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos na Ucrânia (1 de abril - 25 de junho de 2022)*, 14 de julho de 2022, disponível em: <https://reliefweb.int/report/ukraine/report-violations-international-humanitarian-and-human-rights-law-war-crimes-and-crimes-against-humanity-committed-ukraine-1-april-25-june-2022> ["OSCE Moscou, julho de 2022"]; Organização para a Segurança e Cooperação na Europa Missão de especialistas do Mecanismo de Moscou, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Escritório para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos, *Report on Violations of International Humanitarian and Human Rights Law, War Crimes and Crimes Against Humanity Committed in Ukraine since 24 February 2022*, 13 de abril de 2022, disponível em: <https://www.osce.org/odihr/515868>, pp. 46-48; Conselho da Europa, Comissário para os Direitos Humanos, *Memorandum on the Human Rights Consequences of the War in Ukraine*, 8 de julho de 2022, disponível em: <https://rm.coe.int/memorandum-on-the-human-rights-consequences-of-the-war-in-ukraine/1680a72bd4>, pp. 4-7.

<sup>19</sup> Por exemplo: *Ibid*, art. 6 e Convenção Europeia de Direitos Humanos, cf. nota 13, art. 2.

da paz<sup>20</sup>. Deve-se lembrar que, no contexto da guerra, as normas do DIDH são complementares às regras do DIH<sup>21</sup>. Portanto os numerosos casos de vítimas civis relatados periodicamente pelo *Alto Comissariado das Nações Unidas de Direitos Humanos* ("Alto Comissariado") devem ser avaliados à luz de seu contexto (o de um conflito armado internacional), que é avaliado em termos da dupla legalidade do DIH e do DIDH<sup>22</sup>. Com relação às regras da guerra, uma morte será considerada ilegal na medida em que as seguintes obrigações não tenham sido cumpridas: a obrigação preventiva (*ex ante*) de tomar medidas preventivas para minimizar a perda accidental de vidas humanas no planejamento de operações militares, que se harmoniza conjuntamente com a obrigação subsequente (*ex post*) de investigar as mortes de pessoas após o uso da força por agentes do Estado, entre outros<sup>23</sup>. Nisso, ambos os estados (Ucrânia e Rússia) devem evitar, ou pelo menos minimizar, a perda accidental de vidas em operações militares por suas forças armadas e, no pior caso, investigar casos de morte em zonas militares sob seu controle<sup>24</sup>.

Outro direito fundamental relevante do DIH é a proibição da tortura e outros tratamentos desumanos e degradantes, protegido pelo DIH<sup>25</sup> e pela *Convenção da ONU contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*<sup>26</sup>, dos quais não é permitida nenhuma derrogação, nem mesmo em tempos de conflito armado. Além disso, como já mencionado, os atos de tortura também são proibidos pelo DIH, e podem até consti-

<sup>20</sup> Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, *General Comment Nº 36 (2018) on Article 6 of the International Covenant on Civil and Political Rights, on the Right to Life*, Doc. N. U. CCPR/C/CG/36, (30 de outubro de 2018), par. 70, disponível em: [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/1\\_Global/CCPR\\_C\\_GC\\_36\\_8785\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/1_Global/CCPR_C_GC_36_8785_E.pdf).

<sup>21</sup> OSCE Moscow, julho de 2022, cf. nota 17, p. 59.

<sup>22</sup> O Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas coleta informações sobre as consequências da guerra na Ucrânia desde 2014, inclusive através de entrevistas conduzidas pela Missão de Monitoramento dos Direitos Humanos da ONU na Ucrânia (*MSDHU*) de vítimas e seus familiares, testemunhos, registros oficiais (como relatórios forenses, judiciais e militares) ou outros documentos disponíveis ao público (como fotos e vídeos), assim como relatórios de ONGs internacionais e nacionais. Deve-se observar que as estatísticas sobre vítimas civis da OHCHR atendem ao padrão de "motivos razoáveis para acreditar", que exige que cada fonte de informação seja avaliada quanto à relevância e credibilidade, e depois corroborada com outras fontes. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *Ukraine: Civilian Casualty Update 25 July 2022*, (2022), disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/07/ukraine-civilian-casualty-update-25-july-2022>.

<sup>23</sup> OSCE Moscow, julho de 2022, cf. nota 17, p. 61; referentes às decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos e Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, Comentário Geral nº 36 (2018) do Comitê dos Direitos Humanos sobre o artigo 6 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, relativo ao direito à vida. Doc. N. U. CCPR/C/CG/36, (30 de outubro de 2018), par. 13 e 64. Disponível em: [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/1\\_Global/CCPR\\_C\\_GC\\_36\\_8785\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/1_Global/CCPR_C_GC_36_8785_E.pdf).

<sup>24</sup> « Base de données sur le DIH: DIH Coutumier », cf. nota 8, regra 150: "O Estado responsável pelas violações do direito humanitário internacional deverá reparar integralmente as perdas ou danos causados" [« L'État responsable de violations du droit international humanitaire est tenu de réparer intégralement la perte ou le préjudice causé », tradução nossa] in UN Doc. A/56/10, *Report of the International Law Commission on the Work of its Fifty-Third Session*, Official Records of the General Assembly, Fifty-sixth session, Supplement No. 10, novembro de 2001, pp. 43-59. OSCE Moscow, julho de 2022, cf. nota 17, p. 61.

<sup>25</sup> *Pacto internacional sobre direitos civis e políticos*, cf. nota 11, artigo 7º: "ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será proibido, sobretudo, submeter uma pessoa, sem seu livre consentimento, a experiências médicas ou científicas", disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm), acessado em 03 de outubro de 2022.

<sup>26</sup> *Ibid*, art. 1º e 2º.

tuir crimes de guerra quando cometidos contra determinadas categorias de pessoas vulneráveis<sup>27</sup>. Entretanto, numerosas fontes indicam casos de tortura e tratamento desumano e degradante de civis (ver seção 1.2 acima) em zonas ucranianas ocupadas por forças militares russas, as chamadas "zonas sem lei"<sup>28</sup>. Outras fontes também indicam maus-tratos aos prisioneiros de guerra russos pelas forças militares ucranianas (seção 1.2), embora em menor grau, e principalmente de civis ucranianos acusados de serem saqueadores, contrabandistas, espionagem, apoiadores pró-russos ou violadores do toque de recolher em território controlado pela Ucrânia<sup>29</sup>.

O direito à liberdade e à segurança protegido pelo DIH<sup>30</sup> não é absoluto devido à possibilidade de sua derrogação, como foi o caso na Ucrânia<sup>31</sup>. Dito isso, certas salvaguardas devem ser sempre respeitadas, incluindo proibições de detenções arbitrárias, tomada de reféns e sequestros, assim como salvaguardas processuais que protejam a liberdade dos indivíduos<sup>32</sup>. Para determinar se uma prisão e/ou detenção é arbitrária sob o fulcro do *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos* (doravante "ICCPR"), o teste do perigo público é decisivo e deve ser avaliado à luz das regras do DIH no contexto de conflito armado<sup>33</sup>. Neste caso, se um ato de privação de liberdade for cometido como parte de um ataque generalizado e sistemático contra toda a população civil, pode ser ilegal e até mesmo constituir um crime contra a humanidade<sup>34</sup>.

O direito a um julgamento justo, protegido pelo DIDH<sup>35</sup>, também pode ser objeto de derrogação, como de fato a Ucrânia<sup>36</sup> fez. Entretanto, o direito a um julgamento justo contém garantias fundamentais das quais nenhum Estado pode derogar, nem mesmo em tempos de conflito armado, segundo as regras do DIH<sup>37</sup>. Na Ucrânia, o Ministério Público registrou, em

<sup>27</sup> As *Convenções de Genebra*, cf. nota 3 e inciso (ii) da alínea (a) do par. 2 do art. 8º do *Estatuto de Roma*, cf. nota 14; atos de tortura cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático dirigido contra qualquer população civil com conhecimento do ataque podem constituir crimes contra a humanidade (*Ibid*, alínea (e) do par. 2 do art. 7).

<sup>28</sup> OSCE Moscow, julho de 2022, cf. nota 17, p. 67 (Tradução livre).

<sup>29</sup> *Ibid*, pp. 69-70; Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *HRMMU Update on the Human Rights Situation in Ukraine, 24 February-26 March*, (28 mars 2022), par. 41. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/country-reports/hrmmu-update-human-rights-situation-ukraine-24-february-26-march-2022>.

<sup>30</sup> *Pacto internacional sobre direitos civis e políticos*, cf. nota 11, art. 9º.

<sup>31</sup> «Pacte international relatif aux droits civils et politiques», *Nations Unies : Collection des traités*. Disponível em: [https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg\\_no=IV-4&chapter=4&clang=\\_fr](https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-4&chapter=4&clang=_fr), ver: <https://treaties.un.org/doc/Publication/CN/2015/CN.416.2015-Frn.pdf>.

<sup>32</sup> Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, *General Comment nº 35. Article 9 (Liberty and Security of Person)*, Doc. N. U. CCPR/C/GC/35, (16 de dezembro de 2014), par. 64-66. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/general-comment-no-35-article-9-liberty-and-security-person>.

<sup>33</sup> *Ibid*, Assembleia Geral das Nações Unidas, *Body of Principles for the Protection of All Persons under Any Form of Detention or Imprisonment*, Doc. N. U. A/RES/43/173, (9 de dezembro de 1988), disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/blog/document/body-of-principles-for-the-protection-of-all-persons-under-any-form-of-detention-or-imprisonment/>.

<sup>34</sup> *Estatuto de Roma*, cf. nota 14, art. 7(1)(e).

<sup>35</sup> *Pacto internacional sobre direitos civis e políticos*, cf. nota 11, art. 14.

<sup>36</sup> «Pacte international relatif aux droits civils et politiques», *Nations Unies : Collection des traités*, cf. nota 30.

<sup>37</sup> Comitê de Direitos Humanos da ONU, *Communication Nº 263/1987, Miguel González del Río v. Peru*, Doc. N. U. CCPR/C/46/D/263/1987, (2 de novembro de 1992), par. 5.1; Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, *General Comment nº 29. States of Emergency (Article 4)*, Doc. N. U. CCPR/C/21/Rev.1/Add.11, (31 de agosto de 2001), par. 16.

25 de junho de 2022, quase 20.000 casos criminais relacionados a crimes de direito internacional, incluindo 18.805 crimes de guerra, 73 atos de agressão, 18 de propaganda de guerra e 634 outros<sup>38</sup>, incluindo dois julgamentos que resultaram em condenações<sup>39</sup>.

Em relação a esses julgamentos, o respeito às garantias judiciais (julgamento justo) é, em algumas circunstâncias, questionado<sup>40</sup>, em particular no que diz respeito à forma como as confissões são obtidas, o respeito à presunção de inocência e a tendência de lidar principalmente com crimes russos, às custas de alegações de crimes cometidos por soldados ucranianos<sup>41</sup>. Na Rússia, também já começaram os primeiros julgamentos por crimes de guerra<sup>42</sup>. Um deles acusou o tenente-coronel ucraniano Alexander Plotniko (7 de junho de 2022) e levanta as mesmas preocupações, incluindo a tendência de lidar exclusivamente com crimes ucranianos, o que contraria a obrigação de procurar e levar à justiça todas as pessoas que alegadamente cometeram ou ordenaram a prática de crimes de guerra, independentemente de sua nacionalidade<sup>43</sup>. Entretanto, no momento da redação deste artigo, os julgamentos mais preocupantes são os dos tribunais das Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk, onde a pena de morte foi decretada contra ucranianos e estrangeiros<sup>44</sup>.

O direito à liberdade de expressão, protegido pelo DIDH<sup>45</sup>, ao qual a Ucrânia derogou<sup>46</sup>, permite a diversidade de opiniões ao receber e transmitir informações e/ou ideias sem interferência externa. Em uma sociedade democrática, é importante assegurar a proteção desse direito em relação aos jornalistas e à mídia para que eles possam exercer livremente seu papel de comunicadores de fatos ao público, especialmente em áreas próximas às hostilidades. De acordo com o Comitê de Proteção aos Jornalistas, pelo menos 12 jornalistas foram

<sup>38</sup> OSCE Moscow, julho de 2022, cf. nota 17, pp. 74-75, referindo-se à seguinte fonte (informações do final de junho de 2022): "Crimes Committed During the Full-Scale Invasion of the RF", *Office of the Prosecutor General of Ukraine*, 25 de junho de 2022. Disponível em: <https://en.gp.gov.ua/ua/>.

<sup>39</sup> *Ibid*, apud.: Pavel POLITYUK, "Russian Soldier Jailed for Life in First War Crimes Trial of Ukraine War", *Reuters*, 23 de maio de 2022, disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/ukraine-court-jails-russian-soldier-life-war-crimes-trial-2022-05-23/>; Claire PARKER, Ellen FRANCIS and Annabelle CHAPMAN, "Russian Soldiers Get Prison Terms in Second Ukraine War Crimes Trial", *The Washington Post*, 31 de maio de 2022, disponível em: <https://www.adn.com/nation-world/2022/05/31/russian-soldiers-get-prison-terms-in-second-ukraine-war-crimes-trial/>.

<sup>40</sup> Kai AMBOS, "Ukrainian Prosecution of ICC Statute Crimes: Fair, Independent and Impartial?", *EJILTALK*, 10 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.ejiltalk.org/ukrainian-prosecution-of-icc-statute-crimes-fair-independent-and-impartial/>.

<sup>41</sup> "Transcript: World Stage: Ukraine with Ukraine Prosecutor General Iryna Venediktova", *The Washington Post*, 23 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/washington-post-live/2022/05/23/transcript-world-stage-ukraine-with-ukraine-prosecutor-general-iryna-venediktova/>.

<sup>42</sup> OSCE Moscow, julho de 2022, cf. nota 17, p. 76.

<sup>43</sup> CGI, cf. nota 3, art. 49; CGII, cf. nota 3, art. 50; CGIII, cf. nota 3, art. 50; CGIV, cf. nota 3, art. 129; *Protocolo adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados sem caráter internacional (Protocolo I)*, cf. nota 3, art. 145.

<sup>44</sup> Andrew ROTH et Emine SINMAZ, "Britons Sentenced to Death after 'Show Trial' in Russian-Occupied Ukraine", *The Guardian*, 9 de junho de 2022, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/09/britons-sentenced-to-death-russian-occupied-ukraine-aiden-aslin-shaun-pinner>; Peter BEAUMONT, "US Volunteer Fighters Captured in Ukraine Could Face Death Penalty, Says Russia", *The Guardian*, 21 de junho de 2022, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/21/us-volunteer-fighters-captured-in-ukraine-could-face-death-penalty-says-russia>.

<sup>45</sup> *Pacto internacional sobre direitos civis e políticos*, cf. nota 11, art. 19.

<sup>46</sup> «Pacte international relatif aux droits civils et politiques», *Nations Unies : Collection des traités*, disponível em: [https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg\\_no=IV-4&chapter=4&clang=\\_fr](https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-4&chapter=4&clang=_fr), ver: <https://treaties.un.org/doc/Publication/CN/2022/CN.65.2022-Frn.pdf>.

mortos na Ucrânia desde o início do conflito<sup>47</sup>, enquanto o Instituto Ucrainiano de Informação de Massa enumera 32 mortes<sup>48</sup>. A morte do operador de câmera francês Frédéric Leclerc-Imhoff, em 30 de maio de 2022, durante o bombardeio russo de um comboio humanitário na região de Luhansk está sendo investigada atualmente como um crime de guerra na França<sup>49</sup>. Deve-se notar, entretanto, que o assassinato de civis, incluindo jornalistas, não significa automaticamente uma violação do DIH e do DIDH. Somente uma investigação será capaz de determinar se as vítimas foram alvos intencionalmente e com conhecimento de seu status, sem o que sua morte poderia ser considerada uma perda acidental.

Finalmente, é importante ressaltar que, em geral, o gozo de todos os direitos civis e políticos pode ser afetado durante uma guerra. Além dos mencionados acima, a *OSCE Moscow*<sup>50</sup> relata a perda do gozo dos seguintes direitos civis e políticos: o direito à reunião pacífica<sup>51</sup>, o direito à liberdade de associação<sup>52</sup>, o direito à liberdade de ir e vir<sup>53</sup> e o direito à vida privada e familiar<sup>54</sup>, embora a Ucrânia tenha derogado todos esses direitos<sup>55</sup>.

### 1.2.2 Perda do gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais

Com relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, a guerra tem impedido notavelmente o gozo do direito à educação, o direito à saúde, o direito à seguridade social, o direito à alimentação e o direito à água. Em alguns casos, os beligerantes têm prejudicado diretamente o gozo desses direitos. Em outros casos, foram as hostilidades que causaram a perda do gozo desses direitos, devido à ruptura ou destruição da infraestrutura pública de serviços essenciais na educação, saúde e produção de alimentos, limitando assim a capacidade do Estado ucraniano de garantir o pleno gozo desses direitos a seus cidadãos<sup>56</sup>. Entretanto, nenhuma derrogação desses direitos é permitida em momentos de emergência, ao contrário dos

<sup>47</sup> "Russia-Ukraine War", *Committee to Protect Journalists*, 25 de junho de 2022, disponível em: <https://cpj.org/invasion-of-ukraine/>.

<sup>48</sup> Anwasha MAJUMDAR, "Ukraine Claims 32 Journalists Slain Since Onset Of Russian Invasion On February 24", *Republicworld.com*, 31 de maio de 2022, disponível em: <https://www.republicworld.com/world-news/russia-ukraine-crisis/ukraine-claims-32-journalists-slain-since-onset-of-russian-invasion-on-february-24-articleshow.html>.

<sup>49</sup> Frédéric Leclerc-Imhoff, *Committee to Protect Journalists*, 30 de maio de 2022, disponível em: <https://cpj.org/data/people/frederic-leclerc-imhoff/>; Ariane CHEMIN, Sandrine CASSINI et Cédric PIETRALUNGA, « Guerre en Ukraine : après la mort d'un journaliste français, émotion à BFM-TV et ouverture d'une enquête pour 'crimes de guerre' », *Le Monde*, 31 de maio de 2022, disponível em: [https://www.lemonde.fr/international/article/2022/05/31/guerre-en-ukraine-apres-la-mort-d-un-journaliste-francais-emotion-a-bfm-tv-et-ouverture-d-une-enquete-pour-crimes-de-guerre\\_6128264\\_3210.html](https://www.lemonde.fr/international/article/2022/05/31/guerre-en-ukraine-apres-la-mort-d-un-journaliste-francais-emotion-a-bfm-tv-et-ouverture-d-une-enquete-pour-crimes-de-guerre_6128264_3210.html).

<sup>50</sup> OSCE Moscow, julho de 2022, cf. nota **Erro! Indicador não definido**.7, pp. 79-82.

<sup>51</sup> *Pacto internacional sobre direitos civis e políticos*, cf. nota **Erro! Indicador não definido**.1, art. 21.

<sup>52</sup> *Ibid*, art. 22; *Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais*, cf. nota 11, art. 8

<sup>53</sup> *Pacto internacional sobre direitos civis e políticos*, cf. nota 11, art. 12.

<sup>54</sup> *Ibid*, art. 23.

<sup>55</sup> « Pacte international relatif aux droits civils et politiques », *Nations Unies : Collection des traités*. Disponível em: [https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg\\_no=IV-4&chapter=4&clang=\\_fr](https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-4&chapter=4&clang=_fr), <https://treaties.un.org/doc/Publication/CN/2019/CN.618.2019-Frn.pdf>; <https://treaties.un.org/doc/Publication/CN/2022/CN.65.2022-Frn.pdf>.

<sup>56</sup> OSCE Moscow, julho de 2022, cf. nota 7, p. 108.

direitos civis e políticos, pois os Estados mantêm a obrigação positiva (de proteção e implementação) de garantir a realização e a manutenção progressiva das obrigações essenciais de acordo com o contexto, os recursos disponíveis e o princípio da não-discriminação<sup>57</sup>.

Com relação ao direito à educação, várias violações decorrem do uso de instituições educacionais para fins militares e/ou que se tornam, deliberada ou acidentalmente, objeto de ataques militares<sup>58</sup>. O direito à educação é protegido por vários tratados do DIH<sup>59</sup>, inclusive em tempos de conflito armado<sup>60</sup>. A mesma proteção jurídica acontece com relação ao direito à saúde, também assegurado por vários tratados do DIDH<sup>61</sup>, que é ameaçado pelo fechamento de instituições e/ou seu uso para fins e/ou objetivos militares<sup>62</sup>. Além disso, sob as regras do DIH<sup>63</sup>, o ocupante deve cooperar para manter o acesso aos serviços essenciais, especialmente no caso de epidemias ou contaminações. Quanto ao direito à seguridade social, as proteções do DIDH<sup>64</sup> dificilmente podem ser implementadas, dado o deslocamento maciço da população civil e o bombardeio das infraestruturas civis que desorganizam o sistema de seguridade social na Ucrânia<sup>65</sup>. Com relação ao direito à alimentação e à água protegidos pelo *Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (doravante "PIDESC")<sup>66</sup>, o risco de escassez e fome é evidente devido à destruição e/ou contaminação da água e/ou da infraestrutura agrícola por ações militares, às vezes deliberadamente direcionadas<sup>67</sup>.

<sup>57</sup> *Ibid*, p. 84.

<sup>58</sup> Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *Plights of civilians In Ukraine*, (10 de maio de 2022). Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-briefing-notes/2022/05/plight-civilians-ukraine>.

<sup>59</sup> *Pacto internacional sobre direitos civis e políticos*, cf. nota 11, art. 13; *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, cf. nota 12, art. 10; *Convenção sobre os Direitos da Criança*, cf. nota 12, art. 28-29; *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, cf. nota 12, art. 24.

<sup>60</sup> Conselho de Segurança das Nações Unidas, *La protection de l'éducation en période de conflit armé*, Rés. 2601, Doc. N. U. S/RES/2601 (2021), par. 3.

<sup>61</sup> *Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais*, cf. nota 11, art. 12; *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, cf. nota 12, art. 12; *Convenção sobre os Direitos da Criança*, cf. nota 12, art. 24; *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, cf. nota 12, art. 25; Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, *General Comment No. 14: The Right to the Highest Attainable Standard of Health*, Doc. N.U. E/CN.4/2000/4, (11 de agosto de 2000), par. 8.

<sup>62</sup> "One Hundred Days of War Has put Ukraine's Health System Under Severe Pressure", *WHO*, 3 de junho de 2022, disponível em: <https://www.who.int/news/item/03-06-2022-one-hundred-days-of-war-has-put-ukraine-s-health-system-under-severe-pressure>; "Surveillance System for Attacks on Health Care (SSA)", *WHO*, 25 de junho de 2022, disponível em: <https://extranet.who.int/ssa/Index.aspx>; Organização Mundial da Saúde, *Health Emergency in Ukraine and Refugee Receiving and Hosting Countries, Stemming from the Russian Federation's Aggression*, A75/A/CONF./6 (23 de maio de 2022).

<sup>63</sup> CGIV, cf. nota 3, art. 56.

<sup>64</sup> *Pacto internacional sobre direitos civis e políticos*, cf. nota 11, art. 9-10; *Convenção sobre os Direitos da Criança*, cf. nota 12, art. 26; *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres*, cf. nota 12, art. 11; *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, cf. nota 12, art. 28.

<sup>65</sup> OSCE Moscow, julho de 2022, cf. nota **Erro! Indicador não definido.**7, pp. 86-87.

<sup>66</sup> *Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais*, cf. nota 11, art. 11. Ver também: Comitê de direitos econômicos, sociais e culturais, *General Comment nº 15. The Right to Water (Arts. 11 and 12 of the Covenant)*, Doc. N.U. E/C.12/2002/11, (20 de janeiro de 2003); Assembleia Geral das Nações Unidas, *The Human Right to Water and Sanitation*, A/RES/64/292, (3 de agosto de 2010).

<sup>67</sup> "1.4 Million People Without Running Water Across War-Affected Eastern Ukraine", *UNICEF*, 15 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/14-million-people-without-running-water-across-war-affected-eastern-ukraine#:~:text=LVIV%2C%20Ukraine%2C%2015%20April%202022,people%20with%20only%20limited%20access;Eddy%20WAX,%20The%20Starvation%20of%20a%20Nation%20Putin%20Uses%20Hunger%20as%20a%20Weapon>

Em suma, a crescente vulnerabilidade dos civis como um todo, prisioneiros e detentos, deslocados, refugiados e outras minorias, como resultado da guerra russo-ucraniana, torna o restabelecimento do Estado de direito um imperativo urgente, que será discutido na próxima seção.

### 1.3 O Estado de Direito fragilizado pela guerra

A maioria dos observadores e analistas concorda que as hostilidades da guerra na Ucrânia ocasionaram a violação dos direitos fundamentais, alguns dos quais podem estar sujeitos à derrogação estatal, outros não<sup>68</sup>. De fato, após as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional partilha a visão de que a guerra deveria ser evitada a todo custo a fim de manter a paz e a segurança (o princípio fundador da ONU), porém que, caso contrário, seria indispensável pelo menos prever e especificar as regras da guerra, regulando os métodos militares<sup>69</sup>.

Assim, no DIDH, a internacionalização do princípio do Estado de direito está na base da criação das Nações Unidas, à imagem de uma comunidade internacional de direito. Além do preâmbulo da Carta da ONU, que consagra esse princípio<sup>70</sup>, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948<sup>71</sup> ("Declaração Universal") reitera seu conteúdo e assegura sua centralidade no DIDH, com o preâmbulo afirmando que "é essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito para que o homem não seja obrigado a recorrer, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão".

Meio século após a adoção da Declaração Universal, o princípio do Estado de Direito tornou-se tema de uma reunião no Conselho de Segurança das Nações Unidas ("CSNU") sobre o papel da ONU no estabelecimento da justiça e do Estado de Direito nas sociedades pós-conflito<sup>72</sup>. No ano seguinte, 2004, Kofi Annan publicou um relatório no qual os imperativos de justiça, paz e democracia foram apresentados como os pilares de um "Estado de direito", que ele definiu como

---

in Ukraine", *Politico*, 1º de abril de 2022. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/the-starvation-of-a-nation-how-putin-is-using-hunger-as-a-weapon-in-ukraine/>; Antonia ZIMMERMANN, "Russia's War on Water in Ukraine", *Politico*, 25 de maio de 2022, Disponível em: <https://www.politico.eu/article/russias-war-on-water-in-ukraine/>.

<sup>68</sup> Entretanto, como já mencionado, mesmo em tempos de guerra, os Estados mantêm obrigações positivas e negativas (ação e inação) em relação a certas categorias de pessoas vulneráveis.

<sup>69</sup> O objetivo é "limitar os efeitos do conflito armado por razões humanitárias". Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, *La protection juridique internationale des droits de l'homme dans les conflits armés*, (2011), p. 5. Disponível em: [https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/HR\\_in\\_armed\\_conflict\\_FR.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/HR_in_armed_conflict_FR.pdf).

<sup>70</sup> Nações Unidas, *Carta das Nações Unidas*, 26 de junho de 1945, art. 92. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm).

<sup>71</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas, Rés. 217 A (III), Doc. Off. A.G. N. U., 3º sess., suppl. n.º 13, p. 17, Doc. N.U. A/810 (1948).

<sup>72</sup> Conselho de Segurança das Nações Unidas, *4833rd meeting*, S/PV/4833, (24 de setembro de 2003). Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/IJ%20SPV4833.pdf>.

[...] um princípio de governança sob o qual todos os indivíduos, instituições e entidades, públicas e privadas, incluindo o próprio Estado, são responsáveis por leis promulgadas publicamente, igualmente aplicadas e administradas de forma independente, que sejam consistentes com as normas e padrões internacionais de direitos humanos. Isso implica também medidas para garantir o respeito ao Estado de Direito, igualdade e responsabilidade perante à lei, a justiça na aplicação do direito, a separação de poderes, a participação na tomada de decisões, a segurança jurídica, a interdição de arbitrariedade e a transparência nos procedimentos e processos legislativos<sup>73</sup>.

Ao fazer isso, o sétimo Secretário Geral das Nações Unidas lembrou que o princípio do Estado de direito está na própria base da missão da ONU de fortalecer os esforços da comunidade internacional para manter a paz e promover os direitos humanos<sup>74</sup>. Em resposta a esse apelo, os Chefes de Estado e de Governo declararam unanimemente em uma Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012 (AGNU) que "o Estado de direito deve orientar nossa ação coletiva diante dos desafios [...] pois o Estado de direito é o fundamento das relações amistosas e equitativas entre Estados e sociedades que valorizam a justiça e a equidade"<sup>75</sup>. Para atingir esse objetivo, a ONU desenvolveu um sistema para a promoção e manutenção do princípio de governança do Estado de Direito dentro da comunidade internacional, inclusive por meio da Célula de Coordenação Global para Atividades Policiais, Judiciais e Prisionais em Pós-Conflito e Outras Crises<sup>76</sup> e do Grupo de Coordenação e Recursos do Estado de Direito<sup>77</sup>.

<sup>73</sup> Tradução livre: « un principe de gouvernance en vertu duquel l'ensemble des individus, des institutions et des entités publics et privés, y compris l'État lui-même, ont à répondre de l'observation de lois promulguées publiquement, appliquées de façon identique pour tous et administrées de manière indépendante, et compatible avec les règles et normes internationales en matière de droits de l'homme. Il implique, d'autre part, des mesures propres à assurer le respect des principes de la primauté du droit, de l'égalité devant la loi, de la responsabilité au regard de la loi, de l'équité dans l'application de la loi, de la séparation des pouvoirs, de la participation à la prise de décisions, de la sécurité juridique, du refus de l'arbitraire et de la transparence des procédures et des processus législatifs » (Conselho de Segurança das Nações Unidas, *Rétablissement de l'état de droit et administration de la justice pendant la période de transition dans les sociétés en proie à un conflit ou sortant d'un conflit : Rapport du Secrétaire général*, S/2004/616, (23 de agosto de 2004), p. 6. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/527647?ln=fr>, tradução nossa).

<sup>74</sup> *Ibid.*

<sup>75</sup> *Déclaration de la réunion de haut niveau de l'Assemblée Générale sur l'état de droit aux niveaux national et international*, A/RES/67/1, (24 de setembro de 2012). Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/478/67/PDF/N1247867.pdf?OpenElement>. Dois anos após essa declaração, a interseção dos três pilares do Estado de direito, direitos humanos e paz e segurança da ONU foi explicitada no adendo ao relatório do Secretário Geral das Nações Unidas: Assembleia Geral das Nações Unidas, *Renforcement et coordination de l'action des Nations Unies dans le domaine de l'état de droit: Rapport du Secrétaire général*, A/68/213/Add.1 (11 de julho de 2014). Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N14/464/15/PDF/N1446415.pdf?OpenElement>.

<sup>76</sup> A coordenação conjunta se faz pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: « Coordination des activités de l'ONU dans le domaine de l'état de droit », *Les Nations unies et l'état de droit*. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/fr/what-is-the-rule-of-law/coordination-of-rule-of-law-activities/>.

<sup>77</sup> *Ibid.* O Grupo de Coordenação e Recursos do Estado de Direito compreende mais de 20 entidades com diversos mandatos sobre importantes aspectos normativos do Estado de Direito. Essas entidades incluem: o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, o Departamento de Assuntos Políticos, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz, o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários, o Escritório do Alto Comissariado das

Se tomarmos o exemplo do Canadá, em sua Constituição acentua-se a primazia do Estado de direito como princípio fundador<sup>78</sup>, tornando assim o Canadá um Estado de direito, com a separação de poderes, assegurando que a independência judicial oriente o poder democrático parlamentar.

Entretanto, o que se constata com relação ao conceito de Estado de direito para a Ucrânia e a Rússia? Na Ucrânia, a Constituição consagra "o princípio do Estado de direito"<sup>79</sup>. Quanto à Constituição da Federação Russa, ela afirma que "a Rússia é um estado democrático, federal, um estado governado pelo Estado de direito, com uma forma republicana de governo"<sup>80</sup>. Contudo, o princípio do Estado de direito é abstrato, aberto a uma variedade de interpretações de seus elementos subjacentes, e é, afinal, apenas um ideal a ser alcançado, assim como o modelo ideológico de democracia, que, em última análise, nada mais é do que um sistema a ser visado. Apesar de o Estado de direito ser protetor, o Projeto de Justiça Mundial (*World Justice Project*) classifica anualmente os Estados de acordo com certos critérios do Estado de direito, tais como o respeito aos direitos fundamentais<sup>81</sup>.

Como a guerra impactou no Estado de direito na Ucrânia? Essencialmente, com a limitação do gozo dos direitos fundamentais daqueles expostos ao conflito armado, pois o Estado de direito foi perturbado pelo Estado de guerra. Quando uma sociedade sofre uma guerra, como na Ucrânia, o restabelecimento do Estado de direito se torna um imperativo sob o fundamento normativo da Carta das Nações Unidas e dos outros quatro pilares do sistema de justiça internacional<sup>82</sup>.

Como será explicado na Parte II, a guerra russo-ucraniana não é apenas um ultraje à regra internacional do direito, mas também mobiliza uma série de medidas jurídicas<sup>83</sup>, que podem estabelecer um precedente em termos dos desafios e esclarecimentos que a justiça internacional enfrentará.

---

Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Escritório de Assuntos Jurídicos, o Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados, o Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Violência Sexual em Conflitos, o Escritório de Apoio à Construção da Paz, o Fundo das Nações Unidas para a Democracia, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a UNESCO, a ONU-Habitat, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o UNICEF, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos, a ONU Mulheres e o Banco Mundial.

<sup>78</sup> *Preâmbulo da Constituição do Canadá de 1982*, anexo B da *Lei de 1982 do Canadá*, 1982, c. 11 (R.-U.).

<sup>79</sup> *Constituição da Ucrânia*, art. 8º. Disponível em: <https://mjp.univ-perp.fr/constit/ua2011.htm>.

<sup>80</sup> *Constituição da Federação Russa*, art. 1º. Disponível em: <http://www.constitution.ru/en/10003000-02.htm>.

<sup>81</sup> "Research and Data", *World Justice Project*. Disponível em: <https://worldjusticeproject.org/our-work/wjp-rule-law-index>.

<sup>82</sup> O sétimo Secretário Geral das Nações Unidas aponta para os seguintes quatro pilares do sistema jurídico internacional contemporâneo: Direito internacional dos direitos humanos; Direito Internacional Humanitário; Direito Penal Internacional; e Direito internacional dos refugiados. Conselho de Segurança das Nações Unidas, Relatório do Secretário sobre o Estado de Direito e a justiça transicional nas sociedades pós-conflito (23 de agosto de 2004), cf. nota 71.

<sup>83</sup> Agnès GRUDA, « Une mobilisation internationale sans précédent », *La Presse*, 5 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.lapresse.ca/international/europe/2022-06-05/la-justice-face-a-la-guerre/une-mobilisation-internationale-sans-precedent.php>.

## 2 A JUSTIÇA INTERNACIONAL COMO RESPOSTA À GUERRA

Não há dúvida de que a agressão da Rússia em território ucraniano implica uma série de violações das regras do direito internacional. A começar pela violação de um dos princípios fundadores da ONU, conforme estabelecido no Artigo 2(4) da Carta da ONU, que exige que seus membros, incluindo a Rússia, se abstenham "em suas relações internacionais da ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado, ou de qualquer outra forma inconsistente com os Objetivos das Nações Unidas"<sup>84</sup>. De certa forma, o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem a responsabilidade de assegurar a manutenção da paz e segurança mundial (Artigo 39 e seguintes da Carta das Nações Unidas)<sup>85</sup>, especialmente convidando os Estados a resolverem sua disputa por meios pacíficos, tais como arbitragem e negociação (Artigo 33 da Carta das Nações Unidas)<sup>86</sup>.

Mas então, se a paz não for mantida, a justiça internacional tem que papel após a guerra? A Parte II procurará responder a essa pergunta discutindo os mecanismos da justiça internacional (2.1) e sua competição entre as responsabilidades estatais e individuais (2.2), com especial atenção ao envolvimento do Canadá nessas diferentes iniciativas de justiça (2.3).

### 2.1 Uma visão geral dos mecanismos da justiça internacional em situações de guerra

A justiça internacional visa a prestar contas das violações do direito internacional que dizem respeito a crimes graves, ou seja, crimes de guerra, genocídio e agressão, assim como crimes contra a humanidade. Existem vários mecanismos de justiça internacional, além do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Os primeiros tribunais internacionais também impulsionaram outras iniciativas internacionais, incluindo a ideia de um tribunal internacional permanente no final dos anos 90. Em 15 de junho de 1998, o plano para estabelecer o tribunal foi finalmente apresentado em uma conferência diplomática em Roma, que culminou com a adoção do tratado fundador do TPI, o Estatuto de Roma<sup>87</sup>, que entrou em vigor em 1 de julho de 2002. Desde então, o TPI tornou-se a primeira instituição internacional permanente com capacidade de julgar os crimes mais graves independentemente da ONU<sup>88</sup>.

<sup>84</sup> Nações Unidas, *Carta das Nações Unidas*, cf. nota 69.

<sup>85</sup> *Ibid.*

<sup>86</sup> *Ibid.*

<sup>87</sup> O texto do Estatuto de Roma está contido no documento A/CONF.183/9 de 17 de julho de 1998, emendado pelos registros de 10 de novembro de 1998, 12 de julho de 1999, 30 de novembro de 1999, 8 de maio de 2000, 17 de janeiro de 2001 e 16 de janeiro de 2002. O Estatuto entrou em vigor em 1 de julho de 2002 (Art. 126 do Estatuto de Roma); Estatuto de Roma, cf. nota 14.

<sup>88</sup> «L'ONU en bref: le droit international et son application», *Centre régional d'information pour l'Europe occidentale (ONU)*. Disponível em: <https://unric.org/fr/ressources/lonu-en-bref/le-droit-international-et-son-application/>.

## 2.2 Os diferentes mecanismos da justiça internacional para a guerra na ucrânia: a responsabilidade do estado e a responsabilidade individual

As alegadas violações das regras do DIH, normas do DIDH, princípios do direito internacional consuetudinário e crimes graves prescritos pelo DIP devem ser devidamente investigados<sup>89</sup>. Tradicionalmente, tais investigações eram conduzidas pelos tribunais competentes. Atualmente, outros mecanismos de investigação ajudam a estabelecer a caracterização jurídica dos fatos alegados. Esse é o caso no contexto da guerra russo-ucraniana.

Entre esses mecanismos de investigação está o Mecanismo de Moscou da OSCE, cujos dois relatórios sobre o estabelecimento de supostos fatos em violação das regras da guerra foram muito úteis para informar a primeira parte desse documento. Também está incluída a Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia, estabelecida pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 4 de março de 2022, com o objetivo de identificar os responsáveis pelas violações dos direitos humanos (Direito Internacional dos Direitos Humanos), mas também pelos abusos do DIH e outros crimes relacionados com a agressão da Rússia contra a Ucrânia<sup>90</sup>. Seu mandato inclui a formulação de recomendações, a realização de investigações de campo, para constatar a responsabilidade criminal individual dos perpetradores, e a promoção do acesso à justiça para as vítimas<sup>91</sup>. A publicação de seu relatório escrito está agendada para o inverno de 2023. Além disso, um mecanismo permanente de investigação independente surgirá da iniciativa de alguns Estados e ONGs, incluindo a Comissão Internacional de Juristas<sup>92</sup>, entre outros mecanismos de investigação e averiguação também em funcionamento. O objetivo seria reunir provas para procedimentos criminais internacionais e nacionais que serão ou podem ser iniciados<sup>93</sup>.

Ao apresentar brevemente esses diferentes mecanismos de investigação, vejamos como eles podem ser úteis para processos criminais em relação à responsabilidade do Estado (2.2.1), bem como aqueles em relação à responsabilidade criminal individual (2.2.2) na guerra russo-ucraniana.

<sup>89</sup> Segundo as *Convenções de Genebra*, cf. nota 3, o *Protocolo adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados sem caráter internacional* (Protocolo I), cf. nota 4, as normas e os princípios do DIDH de direito internacional consuetudinário, os Estados têm a obrigação de investigar as supostas violações.

<sup>90</sup> Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, *Situation of Human Rights in Ukraine Stemming from the Russian Aggression*, Doc. N. U. A/HRC/RES/49/1, (7 de março de 2022).

<sup>91</sup> Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, *The Deteriorating Human Rights Situation in Ukraine Stemming from the Russian Aggression*, Doc. N.U. A/HRC/RES/S-34/1, (16 de maio de 2022); "UN Independent International Commission of Inquiry on Ukraine - Press Conference", *UN Media*, 15 de junho de 2022. Disponível em: <https://media.un.org/en/asset/k11/k1196tebe9>.

<sup>92</sup> "Report Launch: The Future of Accountability Mechanisms – Twenty Recommendations", *International Commission of Jurists*, 15 de novembro de 2021, disponível em: <https://www.icj.org/report-launch-the-future-of-accountability-mechanisms-twenty-recommendations/>; Kingsley ABBOTT et Saman ZIA-ZARIFI, "Is It Time to Create a Standing Independent Investigative Mechanism (SIIM)? Part II", *OpinioJuris*, disponível em: <http://opiniojuris.org/2019/04/11/is-it-time-to-create-a-standing-independent-investigative-mechanism-siim-part-ii/>.

<sup>93</sup> OSCE Moscow, julho de 2022, cf. nota 17, p. 110.

### 2.2.1 Responsabilidade do estado por violações do direito internacional

A responsabilidade internacional de um Estado pode ser assumida por violações das regras de DIH e normas do DIDH, seja através de seus órgãos, entidades ou de seu próprio ato, e mesmo no caso de um ataque generalizado ou sistemático contra toda sua população civil, se houver ciência dos fatos<sup>94</sup>. Nesse caso, apelações à Corte Internacional de Justiça (CIJ) e à Corte Europeia de Direitos Humanos foram apresentadas para estabelecer a responsabilidade internacional da Rússia, que será brevemente discutida.

Quanto à CIJ, principal órgão judicial das Nações Unidas, ela tem resolvido disputas entre Estados de acordo com o direito internacional desde 1946<sup>95</sup>. Embora seja um fórum importante para a resolução pacífica de disputas internacionais, a CIJ não tem jurisdição sobre alegações de atos criminosos cometidos por indivíduos ou sobre responsabilidade criminal individual.

Entretanto, foi apenas dois dias após o início da ofensiva russa, em 26 de fevereiro de 2022, que a Ucrânia apresentou um caso<sup>96</sup> baseado na *Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio*<sup>97</sup>. A Ucrânia alega que a Rússia "afirmou falsamente que foram cometidos atos de genocídio nos *oblasts* ucranianos de Luhansk e Donetsk"<sup>98</sup>. Em outras palavras, a Ucrânia argumentou que uma falsa alegação de genocídio não deveria ser usada para justificar um ataque armado, conhecido como uma operação militar especial em seu território. Por isso, pediu à Corte que invalidasse a justificativa legal para o uso da força pela Rússia. Para tanto, em seu pedido à CIJ, a Ucrânia solicitou medidas provisórias à Corte, incluindo uma ordem para que a Rússia "suspendesse imediatamente as operações militares iniciadas em 24 de fevereiro de 2022 [...]"<sup>99</sup>.

Após audiências públicas em 7 de março de 2022<sup>100</sup>, das quais a Rússia não participou (mas apresentou uma resposta por escrito)<sup>101</sup>, a Corte iniciou suas deliberações sobre o pedido de medidas provisórias. Em 16 de março de 2022, a CIJ deferiu o pedido ucraniano, ordenando à Rússia que suspendesse imediatamente as operações militares e assegurasse que

<sup>94</sup> Comissão de Direito Internacional, *Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, With Commentaries*, Doc. N.U. A/56/10 (2001); *Report of the International Law Commission on the work of its Fifty-third session, Official Records of the General Assembly, Fifty-sixth session, Supplement No 10*, Doc. N.U. A/56/10 (novembro de 2001), pp. 43-59.

<sup>95</sup> Nações Unidas, *Carta das Nações Unidas*, cf. nota 69, art. 92.

<sup>96</sup> "Allegations of Genocide Under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Ukraine v. Russian Federation)", *CIJ* [Petição Inicial], 26 de fevereiro de 2022.

<sup>97</sup> 9 de dezembro de 1948, 78 R.T.N.U. 277 [Convenção contra o genocídio].

<sup>98</sup> Corte Internacional de Justiça, *L'Ukraine introduit une instance contre la Fédération de Russie et demande à la Cour d'indiquer des mesures conservatoires*, Comunicado da imprensa (27 de fevereiro de 2022). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220227-PRE-01-00-FR.pdf>.

<sup>99</sup> *Request for the Indication of Provisional Measures Submitted by Ukraine*, (26 de fevereiro de 2022). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220227-WRI-01-00-EN.pdf>.

<sup>100</sup> Corte Internacional de Justiça, *Public Sitting Held on Monday 7 March 2022, at 10 a.m., at the Peace Palace, President Donoghue presiding, in the Case concerning Allegations of Genocide under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Ukraine v. Russian Federation)*, (2022). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220307-ORA-01-00-BI.pdf>.

<sup>101</sup> Corte Internacional de Justiça, *Resposta escrita da Federação Russa. Case Concerning Allegations of Genocide Under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Ukraine v. Russian Federation)*, (2022). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220307-OTH-01-00-FR.pdf>.

todas as unidades militares, ou irregulares, e pessoas que pudessem estar sujeitas a seu controle se abstivessem de realizar operações militares<sup>102</sup>. Entretanto, embora essas medidas solicitadas pela Ucrânia tenham sido concedidas, sua natureza vinculante não é apoiada por nenhum mecanismo de aplicação tradicional, como a polícia internacional. Desde então, vários Estados fizeram uma declaração de intervenção no caso da CIJ, especificamente em relação às alegações de genocídio, nos termos do artigo 63 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça<sup>103</sup>, a saber, a Letônia (21 de julho de 2022)<sup>104</sup>, a Lituânia (25 de julho de 2022)<sup>105</sup> e a Nova Zelândia (28 de julho de 2022)<sup>106</sup> e o Reino Unido (5 de agosto de 2022)<sup>107</sup>, entre outros mais recentes. As questões substantivas do caso serão ouvidas e decididas em uma etapa posterior.

No que tange à Corte Europeia de Direitos Humanos, estabelecida pelos Estados membros do Conselho da Europa em 1959, para assegurar o cumprimento da CEDH, a Ucrânia solicitou à Corte, em 28 de fevereiro de 2022, medidas provisórias urgentes relativas às "violações maciças dos direitos humanos cometidas pelas tropas russas durante a agressão militar contra o território soberano da Ucrânia"<sup>108</sup>. A Corte ordenou tais medidas em 1º de março de 2022, instando a Rússia a:

[...] abster-se de qualquer ataque militar contra civis e objetos civis, incluindo locais de residência, veículos de emergência e outros edifícios civis que requeiram proteção especial, como escolas e hospitais, e garantir imediatamente a segurança das instalações médicas, pessoal e veículos de emergência no território atacado ou sitiado por soldados russos<sup>109</sup>.

Essas são medidas de urgência, aplicáveis quando há um risco iminente de danos irreparáveis. Além disso, a Corte pediu à Rússia que a informasse sobre as medidas tomadas para

<sup>102</sup> Corte Internacional de Justiça, *Case Concerning Allegations of Genocide Under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Ukraine v. Russian Federation)* – Order, (16 de março de 2022).

<sup>103</sup> 26 de junho de 1945. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/en/statute>.

<sup>104</sup> Governo da República da Letônia, *Declaration of Intervention of the Republic of Latvia*, (19 de julho de 2022). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220719-WRI-01-00-EN.pdf>.

<sup>105</sup> Governo da República da Lituânia, *Declaration of Intervention of the Republic of Lithuania*, (19 de julho de 2022). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220719-WRI-02-00-EN.pdf>.

<sup>106</sup> Governo da Nova Zelândia (Ministério das Relações Exteriores), *Declaration of Intervention Pursuant to Article 63 of the Statute of the Court by the Government of New Zealand*, (25 de julho de 2022). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220728-WRI-01-00-EN.pdf>.

<sup>107</sup> Embaixada britânica em Haia, *Declaration of Intervention Under Article 63 of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland*, (1º de agosto de 2022). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220805-WRI-01-00-EN.pdf>.

<sup>108</sup> Deve-se notar que, além deste último pedido, a Corte Europeia de Direitos Humanos tem seis processos pendentes entre a Ucrânia e a Rússia [25 de agosto de 2022: «Requêtes interétatiques – Liste des affaires», *Cour européenne des droits de l'homme*. Disponível em: <https://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=caselaw/interstate&c=fre>].

<sup>109</sup> Tradução: «s'abstenir de toute attaque militaire contre les civils et les biens de caractère civil, notamment les lieux de résidence, les véhicules d'urgence et les autres bâtiments civils appelant une protection spéciale tels que les écoles et les hôpitaux, et d'assurer immédiatement la sécurité des établissements, du personnel et des véhicules d'urgence médicaux sur le territoire attaqué ou assiégé par les soldats russes» («The European Court Grants Urgent Interim Measures in Application Concerning Russian Military Operations on Ukrainian Territory», *Corte Europeia de Direitos Humanos*, 1º de março de 2022, tradução nossa).

cumprir com a CEDH, mas a Rússia não replicou. Deve-se notar também que o Comitê de Ministros do Conselho da Europa havia decidido por maioria de votos suspender os direitos de representação da Rússia após esta invadir a Ucrânia, ao que a agência noticiosa russa respondeu anunciando sua retirada dos órgãos do Conselho da Europa; posteriormente, "em 16 de março, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa, após consulta à Assembleia Parlamentar, decidiu por consenso que a Federação Russa deveria deixar de ser membro imediatamente"<sup>110</sup>.

## 2.2.2 Responsabilidade individual por crimes internacionais

A responsabilidade criminal individual de vários perpetradores de crimes graves está atualmente sob investigação e/ou acusação tanto em nível nacional (Ucrânia e Rússia) quanto em nível internacional (TPI). Além dos processos nacionais discutidos na primeira parte deste artigo, deve-se notar que foi lançada, por vários especialistas, uma iniciativa para estabelecer um tribunal especial para a Ucrânia<sup>111</sup>. Essa corte teria jurisdição exclusiva sobre os crimes de agressão.

Internacionalmente, deve-se primeiramente observar que nem a Rússia tampouco a Ucrânia são parte do Estatuto de Roma, o tratado fundador do TPI. Entretanto, duas declarações da Ucrânia mostram o reconhecimento da jurisdição do TPI sobre crimes contra a humanidade e crimes de guerra cometidos em seu território a partir de 21 de novembro de 2013<sup>112</sup>. Consequentemente, logo após o início da invasão russa, o Procurador do TPI declarou<sup>113</sup> que

<sup>110</sup> « Le Comité des Ministres décide que la Russie cesse d'être membre du Conseil de l'Europe », *Délégation de l'Union Européenne auprès du Conseil de l'Europe*, 25 de março de 2022. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/delegations/council-europe/le-comit%C3%A9-des-ministres-d%C3%A9cide-que-la-russie-cesse-d%C3%AAtre-membre-du\\_fr?s=51#:~:text=IMPRIMER-,Le%20Comit%C3%A9%20des%20Ministres%20d%C3%A9cide%20que%20la%20Russie%20cesse%20du%20Conseil%20de%20l'Europe&text=Le%2016%20mars%2C%20le%20Comit%C3%A9,imm%C3%A9diatement%20d'en%20%C3%AAtre%20membre.](https://www.eeas.europa.eu/delegations/council-europe/le-comit%C3%A9-des-ministres-d%C3%A9cide-que-la-russie-cesse-d%C3%AAtre-membre-du_fr?s=51#:~:text=IMPRIMER-,Le%20Comit%C3%A9%20des%20Ministres%20d%C3%A9cide%20que%20la%20Russie%20cesse%20du%20Conseil%20de%20l'Europe&text=Le%2016%20mars%2C%20le%20Comit%C3%A9,imm%C3%A9diatement%20d'en%20%C3%AAtre%20membre.)

<sup>111</sup> Philippe SANDS, "Putin's Use of Military Force is A Crime of Aggression", *Financial Times*, 28 de fevereiro de 2022, disponível em: <https://www.ft.com/content/cbbdd146-4e36-42fb-95e1-50128506652c>; "Statement Calling for the Creation of a Special Tribunal for the Punishment of the Crime of Aggression Against Ukraine", março de 2022, disponível em: <https://gordonandsarahbrown.com/wp-content/uploads/2022/03/Combined-Statement-and-Declaration.pdf>. Ver também: Ewelina U. OCHAB, "Experts Call For The Creation Of A Special Tribunal For The Punishment Of The Crime Of Aggression Against Ukraine", *Forbes*, 4 de março de 2022, disponível em: <https://www.forbes.com/sites/ewelinaochab/2022/03/04/experts-call-for-the-creation-of-a-special-tribunal-for-the-punishment-of-the-crime-of-aggression-against-ukraine/?sh=cbeb3ed1e22d>.

<sup>112</sup> *Estatuto de Roma*, cf. nota 14, art. 12 (3): "Se a aceitação da competência do Tribunal por um Estado que não seja Parte no presente Estatuto for necessária nos termos do parágrafo 2º, pode o referido Estado, mediante declaração depositada junto do Secretário, consentir em que o Tribunal exerça a sua competência em relação ao crime em questão. O Estado que tiver aceitado a competência do Tribunal colaborará com este, sem qualquer demora ou exceção, de acordo com o disposto no Capítulo IX". Minister for Foreign Affairs of Ukraine, *Declaration by Ukraine Lodged Under Article 12(3) of the ICC Statute*, (8 de setembro de 2015), disponível em: [https://www.icc-cpi.int/iccdocs/other/Ukraine\\_Art\\_12-3\\_declaration\\_08092015.pdf](https://www.icc-cpi.int/iccdocs/other/Ukraine_Art_12-3_declaration_08092015.pdf).

<sup>113</sup> Procuradoria do Tribunal Penal Internacional, « Déclaration du Procureur de la CPI, Karim A.A. Khan QC, sur la situation en Ukraine : 'J'ai pris la décision d'ouvrir une enquête' », *CPI*, 28 de fevereiro de 2022, disponível em: <https://www.icc-cpi.int/fr/news/declaration-du-procureur-de-la-cpi-karim-aa-khan-qc-sur-la-situation-en-ukraine-jai-pris-la>.

buscava abrir uma investigação em relação à Ucrânia. Essa declaração foi apoiada por 43 Estados membros, incluindo o Canadá. Tal mobilização dos Estados no TPI demonstra a vontade da comunidade internacional de buscar medidas de justiça internacional para restaurar a paz, o que pode criar um precedente favorável na luta contra a impunidade. Do lado ucraniano, ela também demonstra vontade de judicializar o conflito armado em seu território<sup>114</sup>. Desde a abertura da investigação pelo procurador do TPI, foram feitas pelo menos duas visitas à Ucrânia. Dito isso, os procedimentos perante o TPI, destinados a estabelecer a culpa dos acusados de crimes internacionais, podem ser longos. É, portanto, muito cedo para apontar os criminosos de guerra perante o TPI de ambos os lados.

Além disso, o TPI não tem nenhuma força policial à sua disposição e deve contar com a cooperação dos Estados membros para efetuar detenções. Isto não será fácil no caso da Rússia, pois não é um Estado Parte do Tribunal. Entretanto, a *Eurojust*<sup>115</sup>, uma equipe de investigação formada pela Polônia, Lituânia e Ucrânia, poderia facilitar o uso do mandado de prisão europeu dentro da União Europeia<sup>116</sup>.

## ■ CONCLUSÃO

Cada vez que um conflito armado eclode, toda a humanidade paga o preço, com graves violações dos direitos humanos mais fundamentais. Desde fevereiro de 2022, a guerra na Ucrânia expôs mais uma vez as limitações da ordem jurídica internacional. A invasão russa da Ucrânia ignora a própria base da ordem mundial, a saber, a proibição do uso da força contra a integridade territorial de um Estado soberano (Carta da ONU), e causa outras graves violações das regras do direito internacional. Além disso, essa guerra minou os princípios da democracia ao violar, se não limitar, os direitos fundamentais dos não beligerantes ucranianos e russos, e corre o risco de ter impactos significativos na democracia e, mais amplamente, no sistema de governança global.

A fim de melhor compreender as consequências de tal guerra interestatal sobre o estado de direito global, quisemos lançar luz sobre os diferentes mecanismos da justiça internacional que são aplicados no contexto de conflitos armados. Para esse fim, abordamos primeiro o direito internacional em tempo de guerra, descrevendo as alegadas violações do DIH e do DIDH (Parte 1). Em seguida, discutimos as iniciativas de justiça internacional através das quais certos órgãos foram abordados (a CIJ, a Corte Europeia de Direitos Humanos e o TPI), e cujos procedimentos procurarão estabelecer a responsabilidade estatal, bem como a responsabilidade individual neste conflito russo-ucraniano (Parte 2). Ao fazer isso, vimos que a guerra está perturbando o Estado de direito na Ucrânia, o que desencadeou iniciativas de justiça tanto nacionais quanto internacionais.

<sup>114</sup> Insaf REZAGUI, «Guerre en Ukraine : quel rôle pour la Cour pénale internationale?», *Droit-inc*, 24 de março de 2022, disponível em: <https://www.droit-inc.com/article36291-Guerre-en-Ukraine-quel-role-pour-la-Cour-penale-internationale>.

<sup>115</sup> "Eurojust Supports Joint Investigation Team into Alleged Core International Crimes in Ukraine" [Press Release], *Eurojust*, 28 de março de 2022.

<sup>116</sup> União Europeia, *Council Framework Decision of 13 June 2002 on the European Arrest Warrant and the Surrender Procedures Between Member States*, Decision 2002/584/JHA, art. 2(2).

Em que medida o encaminhamento para esses órgãos e seu processo de justiça internacional pode ter um impacto sobre o estado atual desta guerra? É difícil dizer nesta fase quais as consequências práticas, pelo menos a curto prazo, dos procedimentos a longo prazo. Contudo, um ponto é certo: o encaminhamento aos mecanismos de justiça internacional é um passo na direção do restabelecimento do Estado de direito. Além disso, esses procedimentos, mobilizados de forma coordenada, somam-se à pressão internacional condenando a guerra e as supostas violações do direito internacional. Juntos, os procedimentos judiciais e a pressão internacional podem certamente trazer à luz a verdade e a justiça.

Se a questão nessa guerra é de fato a manutenção da democracia para assegurar o equilíbrio global, deve-se lembrar que sua força reside em sua capacidade de adaptação, como uma fênix que se ergue de suas cinzas. A guerra pode certamente abalar a democracia e o Estado de direito, mas também pode representar uma oportunidade de renovação apesar dos obstáculos, adaptando os contextos às necessidades particulares das populações e garantindo o exercício de seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ABBOTT, Kingsley; ZIA-ZARIFI, Saman. Is It Time to Create a Standing Independent Investigative Mechanism (SIIM)? Part II, *OpinioJuris*. Disponível em: <http://opiniojuris.org/2019/04/11/is-it-time-to-create-a-standing-independent-investigative-mechanism-siim-part-ii/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

ALTO Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. *Ukraine: Civilian Casualty Update 25 July 2022*, 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/07/ukraine-civilian-casualty-update-25-july-2022>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

ALTO Comissariado de Direitos Humanos da ONU. *La protection juridique internationale des droits de l'homme dans les conflits armés*. 2011, p. 5. Disponível em: [https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/HR\\_in\\_armed\\_conflict\\_FR.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/HR_in_armed_conflict_FR.pdf). Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

AMBOS, Kai. Ukrainian Prosecution of ICC Statute Crimes: Fair, Independent and Impartial?. *EJILTalk*, 10 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.ejiltalk.org/ukrainian-prosecution-of-icc-statute-crimes-fair-independent-and-impartial/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CASA CIVIL. *Decreto Nº 42.121*, de 21 de agosto de 1957. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D42121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D42121.htm). Acesso em: 3 de outubro de 2022.

CHEMIN, Ariane; CASSINI, Sandrine; PIETRALUNGA, Cédric. Guerre en Ukraine : après la mort d'un journaliste français, émotion à BFM-TV et ouverture d'une enquête pour 'crimes de guerre', *Le Monde*, 31 de maio de 2022. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/international/article/2022/05/31/guerre-en-ukraine-apres-la-mort-d-un-journaliste-francais-emotion-a-bfm-tv-et-ouverture-d-une-enquete-pour-crimes-de-guerre\\_6128264\\_3210.html](https://www.lemonde.fr/international/article/2022/05/31/guerre-en-ukraine-apres-la-mort-d-un-journaliste-francais-emotion-a-bfm-tv-et-ouverture-d-une-enquete-pour-crimes-de-guerre_6128264_3210.html). Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

COMISSÃO de Direito Internacional, *Projet d'articles sur la responsabilité de l'état pour fait internationalement illicite*. Doc. Off. A. G. N. U., 56<sup>e</sup> sess., suppl. n<sup>o</sup> 10. 2019. Disponível em: [https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/french/draft\\_articles/9\\_6\\_2001.pdf](https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/french/draft_articles/9_6_2001.pdf). Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

COMITÊ de Direitos Humanos das Nações Unidas, *General Comment n<sup>o</sup> 35. Article 9 (Liberty and Security of Person)*, Doc. N. U. CCPR/C/GC/35, (16 de dezembro de 2014), par. 64-66. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/general-comment-no-35-article-9-liberty-and-security-person>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

COMITÊ de Direitos Humanos das Nações Unidas. *General Comment N<sup>o</sup> 36 (2018) on Article 6 of the International Covenant on Civil and Political Rights, on the Right to Life*, Doc. N. U. CCPR/C/CG/36, (30 de outubro de 2018), par. 70. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/general-comment-no-36-article-6-right-life>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CONSELHO de Direitos Humanos das Nações Unidas. *The Deteriorating Human Rights Situation in Ukraine Stemming from the Russian Aggression*. Doc. N.U. A/HRC/RES/S-34/1, (16 de maio de 2022), 2022.

CONSELHO da Europa, Comissário para os Direitos Humanos. *Memorandum on the Human Rights Consequences of the War in Ukraine*. 8 de julho de 2022, 2022. Disponível em: <https://rm.coe.int/memorandum-on-the-human-rights-consequences-of-the-war-in-ukraine/1680a72bd4>, pp. 4-7. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CONSELHO de Segurança das Nações Unidas. *4833rd meeting, S/PV/4833*, (24 de setembro de 2003), 2003. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/IJ%20SPV4833.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CONSELHO de Segurança das Nações Unidas. *Rétablissement de l'état de droit et administration de la justice pendant la période de transition dans les sociétés en proie à un conflit ou sortant d'un conflit: Rapport du Secrétaire général. S/2004/616*, (23 de agosto de 2004), 2004, p. 6. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/527647?ln=fr>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CONSTITUIÇÃO da Federação Russa, art. 1<sup>o</sup>. Disponível em: <http://www.constitution.ru/en/10003000-02.htm>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CONSTITUIÇÃO da Ucrânia, art. 8<sup>o</sup>. Disponível em: <https://mjp.univ-perp.fr/constit/ua2011.htm>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CONVENÇÃO de Haia de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, 14 de maio de 1954. Disponível em: [https://fr.unesco.org/sites/default/files/1954\\_Convention\\_FR\\_2020.pdf](https://fr.unesco.org/sites/default/files/1954_Convention_FR_2020.pdf). Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CORTE Internacional de Justiça. *Case Concerning Allegations of Genocide Under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Ukraine v. Russian Federation) – Order*, (16 de março de 2022), 2022.

CORTE Internacional de Justiça. *L'Ukraine introduit une instance contre la Fédération de Russie et demande à la Cour d'indiquer des mesures conservatoires*. Comunicado da imprensa (27 de

fevereiro de 2022). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220227-PRE-01-00-FR.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CORTE Internacional de Justiça. *Public Sitting Held on Monday 7 March 2022, at 10 a.m., at the Peace Palace, President Donoghue presiding, in the Case concerning Allegations of Genocide under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Ukraine v. Russian Federation)*, 2022. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220307-ORA-01-00-BI.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CORTE Internacional de Justiça. Resposta escrita da Federação Russa. *Case Concerning Allegations of Genocide Under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Ukraine v. Russian Federation)*, 2022. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220307-OTH-01-00-FR.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

DEPARTAMENTO de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Coordination des activités de l'ONU dans le domaine de l'état de droit. *Les Nations unies et l'état de droit*. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/fr/what-is-the-rule-of-law/coordination-of-rule-of-law-activities/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

EMBAIXADA britânica em Haia. *Declaration of Intervention Under Article 63 of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland*, (1º de agosto de 2022), 2022. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220805-WRI-01-00-EN.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

ESTATUTO de Roma, 17 de julho de 1998, 2187 R.T.N.U. 90.

GOVERNO da República da Letônia. *Declaration of Intervention of the Republic of Latvia*, (19 de julho de 2022), 2022. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220719-WRI-01-00-EN.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

GOVERNO da República da Lituânia. *Declaration of Intervention of the Republic of Lithuania*, (19 de julho de 2022), 2022. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220719-WRI-02-00-EN.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

GOVERNO da Nova Zelândia (Ministério das Relações Exteriores). *Declaration of Intervention Pursuant to Article 63 of the Statute of the Court by the Government of New Zealand*, (25 de julho de 2022), 2022. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220728-WRI-01-00-EN.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

GRUDA Agnès. Une mobilisation internationale sans précédent. *La Presse*, 5 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.lapresse.ca/international/europe/2022-06-05/la-justice-face-a-la-guerre/une-mobilisation-internationale-sans-precedent.php>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

HENCKAERTS, Jean-Marie; DOSWALD-BECK, Louise. *Customary International Humanitarian Law*. vol. I: Rules and vol. II: Practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LECLERC-IMHOFF, Frédéric. *Committee to Protect Journalists*, 30 de maio de 2022. Disponível em: <https://cpj.org/data/people/frederic-leclerc-imhoff/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.



LISTA das regras consuetudinárias do direito humanitário internacional, *Revista Internacional da Cruz Vermelha*, vol. 87, Sélection française 2005, règles 139, 140, 149 e 150. Disponível em: <https://www.icrc.org/fr/doc/assets/files/other/customary-law-rules-fre.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

L'ONU en bref: le droit international et son application. *Centre régional d'information pour l'Europe occidentale (ONU)*. Disponível em: <https://unric.org/fr/ressources/ionu-en-bref/le-droit-international-et-son-application/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

MAJUMDAR, Anwasha. Ukraine claims 32 journalists slain since onset of russian invasion on february 24, *Republicworld.com*, 31 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.republicworld.com/world-news/russia-ukraine-crisis/ukraine-claims-32-journalists-slain-since-onset-of-russian-invasion-on-february-24-articleshow.html>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

MINISTER for Foreign Affairs of Ukraine. *Declaration by Ukraine Lodged Under Article 12(3) of the ICC Statute*, (8 de setembro de 2015). Disponível em: [https://www.icc-cpi.int/iccdocs/other/Ukraine\\_Art\\_12-3\\_declaration\\_08092015.pdf](https://www.icc-cpi.int/iccdocs/other/Ukraine_Art_12-3_declaration_08092015.pdf). Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

NAÇÕES Unidas. *Carta das Nações Unidas*, 26 de junho de 1945, art. 92. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm). Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

OCHAB, Ewelina U. Experts Call For The Creation Of A Special Tribunal For The Punishment Of The Crime Of Aggression Against Ukraine, *Forbes*, 4 de março de 2022. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/ewelinaochab/2022/03/04/experts-call-for-the-creation-of-a-special-tribunal-for-the-punishment-of-the-crime-of-aggression-against-ukraine/?sh=cbeb3ed1e22d>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

ONE Hundred Days of War Has put Ukraine's Health System Under Severe Pressure, *WHO*, 3 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/03-06-2022-one-hundred-days-of-war-has-put-ukraine-s-health-system-under-severe-pressure>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

ONU. *Déclaration de la réunion de haut niveau de l'Assemblée Générale sur l'état de droit aux niveaux national et international*, A/RES/67/1, (24 de setembro de 2012). Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F67%2F1&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

ORGANIZAÇÃO para a Segurança e Cooperação na Europa Missão de especialistas do Mecanismo de Moscou, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Escritório para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos. *Report on Violations of International Humanitarian and Human Rights Law, War Crimes and Crimes Against Humanity Committed in Ukraine since 24 February 2022*, 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.osce.org/odihr/515868>, pp. 46-48. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

PACTO Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, 16 de dezembro de 1966, 999 R.T.N.U. 171.

PREÂMBULO da Constituição do Canadá de 1982, anexo B da *Lei de 1982 do Canadá*, 1982, c. 11 (R.-U.).

PROCURADORIA do Tribunal Penal Internacional. Déclaration du Procureur de la CPI, Karim A.A. Khan QC, sur la situation en Ukraine. *CPI*, 28 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/fr/news/declaration-du-procureur-de-la-cpi-karim-aa-khan-qc-sur-la-situation-en-ukraine-jai-pris-la>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

REPORT Launch: The Future of Accountability Mechanisms – Twenty Recommendations. *International Commission of Jurists*, 15 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.icj.org/report-launch-the-future-of-accountability-mechanisms-twenty-recommendations/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

REQUEST for the Indication of Provisional Measures Submitted by Ukraine, (26 de fevereiro de 2022). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/182/182-20220227-WRI-01-00-EN.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

RESEARCH and Data. *World Justice Project*. Disponível em: <https://worldjusticeproject.org/our-work/wjp-rule-law-index>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

REZAGUI, Insaf. Guerre en Ukraine : quel rôle pour la Cour pénale internationale ?, *Droit-inc*, 24 de março de 2022. Disponível em: <https://www.droit-inc.com/article36291-Guerre-en-Ukraine-quel-role-pour-la-Cour-penale-internationale>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

SANDS, Philippe. Putin's Use of Military Force is A Crime of Aggression, *Financial Times*, 28 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/cbbdd146-4e36-42fb-95e1-50128506652c>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

STATEMENT Calling for the Creation of a Special Tribunal for the Punishment of the Crime of Aggression Against Ukraine, março de 2022. Disponível em: <https://gordonandsarahbrown.com/wp-content/uploads/2022/03/Combined-Statement-and-Declaration.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

SURVEILLANCE System for Attacks on Health Care (SSA)", *WHO*, 25 de junho de 2022. Disponível em: <https://extranet.who.int/ssa/Index.aspx>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

TRANSCRIPT: World Stage: Ukraine with Ukraine Prosecutor General Iryna Venediktova", *The Washington Post*, 23 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/washington-post-live/2022/05/23/transcript-world-stage-ukraine-with-ukraine-prosecutor-general-iryna-venediktova/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

TRATADO sobre a Proibição de Armas Nucleares, 20 de setembro de 2017. Disponível em: [https://treaties.un.org/doc/Treaties/2017/07/20170707%2003-42%20PM/Ch\\_XXVI\\_9.pdf](https://treaties.un.org/doc/Treaties/2017/07/20170707%2003-42%20PM/Ch_XXVI_9.pdf). Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

UNICEF. 1.4 Million People Without Running Water Across War-Affected Eastern Ukraine, 15 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/14-million-people-without-running-water-across-war-affected-eastern-ukraine#:~:text=Lviv%2C%20Ukraine%2C%2015%20April%202022,people%20with%20only%20limited%20access>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

UN Independent International Commission of Inquiry on Ukraine - Press Conference, *UN Media*, 15 de junho de 2022. Disponível em: <https://media.un.org/en/asset/k11/k1196tebe9>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.



WAX, Eddy. The Starvation of a Nation: Putin Uses Hunger as a Weapon in Ukraine, *Politico*, 1º de abril de 2022. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/the-starvation-of-a-nation-how-putin-is-using-hunger-as-a-weapon-in-ukraine/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

ZIMMERMANN, Antonia. Russia's War on Water in Ukraine, *Politico*, 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/russias-war-on-water-in-ukraine/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.